



# Persistir nos pensamentos e nas práticas pela urbanidade na metrópole contemporânea: entre o colapso e a continuidade

Kazuo Nakano e Ligia Nobre\*

## 1 — Preâmbulo

O título adotado na abertura deste texto coloca a necessidade de um preâmbulo sobre a afirmação em prol de uma perseverança na urbanidade metropolitana. A vida cotidiana na metrópole de São Paulo parece transcorrer num fio suspenso entre o colapso e a continuidade. Talvez, essa impressão seja originária das condições oscilantes da vida metropolitana que muitas vezes seguem entre a vulnerabilidade e a proteção, entre a certeza e a hesitação, entre a assertividade e a dúvida, entre a calma e a explosão social.

As oscilações da vida metropolitana aparecem de diversas maneiras no dia a dia. Ficam claras nas relações de amor e ódio que os moradores estabelecem com a metrópole paulistana. Muitas pessoas gostariam de fugir da metrópole, mas, ao mesmo tempo, se sentem atadas a ela pelos vínculos sociais, pelas estratégias de sobrevivência, pelas diversas oportunidades existentes que, reconhecem, dificilmente seriam encontradas em outros locais do país.

---

\* **Kazuo Nakano:** Arquiteto e urbanista, ex-diretor do Departamento de Urbanismo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo.

**Ligia Nobre:** Arquiteta, foi curadora adjunta da X edição da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.



As chamadas dificuldades do dia a dia na metrópole paulistana podem ser consideradas como um dos geradores daquela instabilidade entre o colapso e a continuidade. Quando se entra em uma estação subterrânea de metrô no horário de pico durante o final da tarde, onde as plataformas se encontram completamente tomadas por multidões de pessoas esgotadas depois de um dia estafante, sente-se a pressão do ar comprimido entre as paredes de concreto aparente.

Quando os trens do metrô param diante dessas plataformas lotadas e as pessoas se apertam umas contra as outras para entrar em vagões já completamente tomados por passageiros exaustos, parece que o ar se comprime também dentro do pulmão das pessoas. Nesse momento surge a imagem de um barril de pólvora cujo pavio curto aguarda somente uma pequena faísca para entrar em ignição.

Em alguns lugares, esse barril explode nos números de roubos, furtos, homicídios, latrocínios, estupros, violência doméstica, consumo de drogas, casos de dengue, mortes provocadas pela poluição do ar, acidentes no trânsito com vítimas fatais, entre outros dados desastrosos que sinalizam para a ocorrência de patologias de diversas ordens.

Os congestionamentos causados pelo acúmulo de automóveis individuais nas vias da cidade travam os deslocamentos diários, deterioram os espaços públicos, desgastam a qualidade de vida e contaminam os pulmões humanos e da metrópole com insuficientes e mal-estruturados parques, praças e arborizações urbanas.

As toneladas de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos estão em estado crítico. Com insuficientes coleta seletiva, reciclagem e disposição final adequada, esses resíduos são resultados de modos absurdos de produção de mercadorias, baseados nas “estratégias do desperdício” e na “obsolescência programada”. Resultam de consumismos vorazes e exacerbados que impregnam os modos de vida urbanos com ilusões e individualismos que redundam na “solidão das multidões”.

Durante os verões, nas estações das chuvas intensas, os ciclos hidrológicos entram em guerra com as ocupações urbanas desordenadas e malfeitas nas planícies fluviais agredidas por drenagem e aterros executados com total desconsideração em relação aos regimes naturais dos cursos de água.

Para no ar a iminência de uma cadeia de acontecimentos dramáticos caso haja um grande desabastecimento de água na metrópole.



Pressente-se que essa cadeia de acontecimentos pode levar a um verdadeiro colapso da metrópole paulistana e de outras cidades da região, comprometendo a continuidade da vida urbana de grandes contingentes populacionais.

É sobre esse fio que oscila entre o colapso e a continuidade da vida urbana, estendido no meio de situações concretas vividas cotidianamente na metrópole paulistana, que se deve afirmar a persistência e a perseverança na busca por novas urbanidades metropolitanas que não sejam destruidoras de relações e saúdes humanas, de vínculos sociais, de biodiversidades, de ecossistemas naturais e de vários outros elementos visíveis e invisíveis que sustentam a vida coletiva.

## **2 — A persistência no urbanismo e no planejamento urbano**

Diante da magnitude, da complexidade e da aparente impossibilidade de resolução dos conhecidos problemas urbanos, especialmente aqueles existentes nas grandes cidades metropolitanas, surgem cetiscos em relação ao urbanismo e ao planejamento urbano que, desse modo, caem em descrédito. Isso é reforçado pelas limitações, descompromissos e atuações distorcidas e equivocadas do poder público na realização de investimentos e intervenções nos espaços urbanos.

São notórias as fragilidades da regulação pública, estatal e não estatal, que deveriam incidir nos processos de produção desses espaços urbanos a fim de gerar maior equilíbrio no ambiente construído e mais justiça social. A marca patrimonialista em diversas esferas das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil faz com que haja a prevalência de interesses privados de alguns grupos privilegiados em detrimento dos interesses públicos e sociais concernentes à maioria da população brasileira.

Essa marca patrimonialista influencia fortemente a formulação e a implementação de políticas, planos, programas, projetos e instrumentos direcionados ao ordenamento e à regulação dos espaços urbanos. Disso resultam cidades social e territorialmente mais desiguais e excludentes, nas quais as qualidades positivas existentes representam privilégios para alguns grupos, geralmente a minoria composta pelos mais endinheirados.





A corriqueira afirmação de que o Brasil é um país onde existem “leis que pegam e leis que não pegam” faz com que os planos diretores, normalmente instituídos por meio de leis municipais, bem como as demais legislações que dispõem sobre assuntos relacionados à regulação urbana, sejam vistos como algo com pouca ou nenhuma efetividade.

Esse tipo de afirmação precisa ser discutido com cuidado, pois os argumentos podem derivar para uma postura em favor da liberação e desregulação geral dos processos de produção dos espaços urbanos e do mercado imobiliário. Historicamente, esse tipo de desregulação tem sido desastroso e tem agravado ainda mais os problemas urbanos.

Em muitos municípios brasileiros, os planos diretores e as legislações urbanísticas são elaborados e instituídos deliberadamente para “não pegar”, para não ter nenhuma efetividade no planejamento, na gestão e na regulação dos processos de urbanização. Quando são feitos “para pegar”, esses planos diretores e legislações urbanísticas estabelecem normas e parâmetros que favorecem abertamente os interesses econômicos de investidores privados e de proprietários de imóveis.

Em geral, os planos diretores e legislações urbanísticas instituídos nos municípios brasileiros são peças genéricas ou confusas que acabam sendo solenemente ignoradas pelos governantes, pelos gestores públicos e pela sociedade em geral. Essa situação de “vácuo normativo” também favorece os interesses privados minoritários, em especial daqueles que buscam a extração de lucros financeiros a partir da renda fundiária urbana.

Perante esse estado de coisas, é fácil desistir do urbanismo e do planejamento urbano na busca por processos sociais e espaços urbanos que propiciem a invenção de novas urbanidades, em especial nos contextos das grandes cidades metropolitanas. Entretanto, essa desistência seria um erro e não se constituiria em soluções para os problemas que desestabilizam a vida urbana. Pelo contrário, o não urbanismo e o não planejamento urbano poderiam gerar ou acelerar entropias capazes de aprofundar a deterioração dos espaços e das condições de vida urbana até atingirem o ponto de colapso.

Assim, é importante persistir nos esforços coletivos para tornar o urbanismo e o planejamento urbano caminhos viáveis em direção à re-





solução dos graves problemas urbanos e reverter processos iminentes de entropias que deterioram ou interdita urbanidades favoráveis a modos de vida mais equilibrados e baseados em relações sociais e humanas mais criativas e menos esgarçadas.

A recente revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE-MSP), ocorrida em 2013 e em parte de 2014, congregou esforços de milhares de pessoas que, a despeito de ceticismos e descréditos, apostaram mais uma vez na construção de um instrumento para o planejamento da cidade de São Paulo. Durante a realização desses esforços, surgiram conflitos entre interesses públicos e privados, ingerências políticas, descrenças em relação à implementação das propostas, fragilidades nas estruturas institucionais e em equipes técnicas do poder público, entre várias outras dificuldades.

Ao fim e ao cabo, o novo PDE-MSP foi instituído por meio da lei municipal 16.050/2014 e, de certa forma, introduziu algumas inovações no planejamento urbano do município de São Paulo.

A base do novo PDE-MSP é o conjunto de macroáreas, apresentadas no mapa 2 anexo àquela lei municipal 16.050/2014, criadas a partir de uma interpretação de grandes porções do território municipal que orientaram a definição de objetivos sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais, os quais, por conseguinte, nortearam a formulação das estratégias de aplicação de parâmetros de ocupação urbana e dos instrumentos de política urbana.

As macroáreas expressam, no território municipal, o projeto de cidade que se quer buscar no município de São Paulo. São denominadas com os seguintes termos: Preservação dos Ecossistemas Naturais; Contenção Urbana e Uso Sustentável; Controle e Qualificação Urbana e Ambiental; Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental; Redução da Vulnerabilidade; Qualificação da Urbanização; Urbanização Consolidada; Estruturação Metropolitana.

Vale destacar que a zona rural, correspondente às macroáreas de Preservação dos Ecossistemas Naturais e de Contenção Urbana e Uso Sustentável, integra o projeto de cidade do município de São Paulo que se quer alcançar nos curto, médio e longo prazos. Desse modo, o rural e o urbano se colocam como partes de um todo que devem, cada vez mais, ser vistas como complementares e não como dicotômicas.



## 2.1 — A persistência na inclusão territorial de assentamentos precários

No município de São Paulo, a existência de favelas, loteamentos irregulares e cortiços, dentre outros tipos de assentamentos precários onde vivem mais de três milhões de moradores de baixa renda, impõe a necessidade de se continuar com os esforços na busca por soluções mais adequadas e com maior alcance para atender os diferentes tipos de necessidades habitacionais.

Algumas soluções já são bastante conhecidas pelos profissionais do urbanismo e do planejamento urbano, porém, ainda não foram implementadas na escala necessária, seja no município de São Paulo, seja no Brasil como um todo. São soluções que passam, por um lado, pelas melhorias de assentamentos e habitações existentes que se encontram em condições precárias, mas não precisam ser removidas, e, por outro, pela produção de novas habitações em condições e localizações adequadas no interior das cidades.

Os grandes conjuntos habitacionais produzidos com recursos administrados pelo hoje extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), e a produção do ainda em curso Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV, ilustr. 47) ensinam que é um erro construir moradias para a população de baixa renda nas periferias. Continua em plena vigência o desafio de se construir esses tipos de moradia em localizações com boas ofertas de comércios, serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas e com oportunidades econômicas e de trabalho.

Os assentamentos precários ocupados com as moradias das populações de baixa renda são as evidências mais claras dos padrões socialmente desiguais e ambientalmente predatórios encontrados na urbanização brasileira e paulistana ocorrida ao longo do século XX.

O urbanismo e o planejamento urbano no Brasil não pode se dar ao luxo de fechar os olhos para as realidades desses assentamentos precários porque isso significaria deixar de lado a maior parte dos espaços urbanos do país e, conseqüentemente, os territórios existenciais da maior parte da população brasileira.

O novo PDE-MSP persiste na adoção de instrumentos de política urbana que incidem no mercado de terras urbanas de modo a ampliar acessos a localizações intraurbanas para a provisão habitacional de interesse social. Assim, prosseguindo o caminho aberto pelo PDE-MSP de 2002,



o novo PDE-MSP de 2014 persiste na instituição de diferentes modalidades de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), demarcadas tanto em áreas com ocupações urbanas quanto em glebas e terrenos desocupados.

Os assentamentos precários e informais inseridos nas ZEIS ocupadas devem receber planos de urbanização e de regularização fundiária, enquanto as glebas e os terrenos desocupados inseridos nas chamadas ZEIS vazias devem receber conjuntos habitacionais destinados, na sua maioria, às famílias com renda de zero a três e de três a seis salários mínimos.

É interessante observar que as glebas e os terrenos inseridos nessas ZEIS vazias atravessaram o boom imobiliário da segunda metade da década de 2000 mantendo os preços 30% abaixo dos preços de imóveis do seu entorno. É sabido que a conjuntura nacional que gerou aquele boom imobiliário também provocou significativa elevação dos preços de imóveis paulistanos e de outras cidades brasileiras, dificultando o acesso à terra urbana para a provisão habitacional de interesse social.

Aquela elevação de preços dos imóveis paulistanos, especialmente de terrenos e glebas desocupadas, dificultou, e continua a dificultar, a formação de um banco de terrenos por parte do poder público municipal que possa ser utilizado para a produção de novas habitações para a população de baixa renda. Isso motivou a inclusão no novo PDE-MSP de um instrumento que foi denominado como “cota de solidariedade”, cujo objetivo é obrigar que os responsáveis pela construção de grandes empreendimentos imobiliários no município de São Paulo doem parte do terreno para o poder público utilizar na construção daquelas habitações.

Em vez de doar parte do terreno do empreendimento, aqueles empreendedores podem fazer a doação em dinheiro, que deve ser depositado no Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB). Vale dizer que 30% dos recursos desse fundo devem ser usados para a produção de habitação para a população de baixa renda.

## **2.2 — A persistência no transporte coletivo como estruturador da cidade**

No município e na região metropolitana de São Paulo, a crise de mobilidade urbana prejudica os deslocamentos diários de milhões de



pessoas durante os horários de pico da manhã e da tarde. Essa crise não surgiu do dia para a noite. Foi sendo construída ao longo da história, no interior de um processo de urbanização baseado na prevalência do meio de transporte rodoviário e no “padrão periférico”.

De um lado, essa crise originou-se com a expansão periférica dos espaços urbanos paulistanos que distanciou excessivamente os locais de moradia dos trabalhadores, sobretudo os de baixa renda, dos locais centrais onde até hoje há a maior concentração dos postos de trabalho, principalmente dos setores comercial e de prestação de serviços.

De outro lado, essa crise se agravou com o excesso de automóveis individuais em circulação diária nas ruas e avenidas da metrópole paulistana. A esse fator soma-se a superlotação dos sistemas de transporte coletivo (ônibus, trens e metrô) cuja oferta e funcionamento ainda apresentam grandes déficits quantitativos e qualitativos.

Afora as deseconomias de diversos tipos, a crise de mobilidade urbana provoca perdas na qualidade de vida das pessoas por conta dos desgastes físicos e mentais associados ao estresse sofrido nos congestionamentos e nas superlotações dos ônibus, trens e metrôs.

Para superar essa crise, o novo PDE-MSP recuperou uma ideia antiga que, já na década de 1970, propunha o adensamento urbano ao longo dos eixos e no entorno das estações de transporte coletivo.

Os objetivos principais desses Eixos de Estruturação da Transformação Urbana são, por exemplo: (i) orientar a produção imobiliária e promover o adensamento construtivo, habitacional e demográfico para esses eixos de modo a fazer aproximações entre os locais de moradia e de trabalho; (ii) reduzir o uso de automóveis individuais e ampliar o uso dos sistemas de transporte coletivo; (iii) otimizar o aproveitamento dos investimentos públicos em serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas já realizados e por realizar; (iv) gerar “externalidades positivas” para os espaços públicos da cidade a partir de investimentos na produção imobiliária.

A ideia é que essa produção imobiliária futura no município de São Paulo se concentre predominantemente em áreas junto aos sistemas de transporte coletivo e gere melhorias nas ofertas de espaços públicos.





## 2.3 — A persistência da vida nos bairros

A vida dos moradores de uma grande cidade como São Paulo não transcorre da mesma maneira em todos os espaços urbanos. Transcorre, muitas vezes, em alguns poucos trechos desses espaços que fazem parte de bairros que compõem o todo da cidade.

Junto com os sistemas de transporte coletivo, os bairros são vistos cada vez mais como as unidades territoriais, sociais, culturais, políticas e ambientais a partir das quais se busca promover mudanças nas grandes cidades. As pessoas se referenciam nos seus bairros de moradia para pensar, discutir e fazer propostas para melhorar as condições da cidade. Por isso, são elementos potentes que podem ser ativados na busca por urbanidades mais sadias, com maior equilíbrio nas convivências com as biodiversidades sociais, humanas, culturais e ambientais.

O novo PDE-MSP reitera a proposta dos Planos de Bairro que já havia sido incluída no PDE-MSP de 2002, porém, ainda não há total clareza em relação aos seus conteúdos e métodos de elaboração. Uma coisa é certa: é necessário tomar como ponto de partida os modos como os moradores reconhecem os seus bairros e, a partir deles, acessam e usam outras porções da cidade. Outra coisa também é certa: é necessário levantar as diversas ações que os mais variados grupos de moradores já realizam para melhorar os seus e os outros bairros da cidade. A partir daquele reconhecimento e dessas ações, é possível construir uma concepção de Plano de Bairro enraizada na vida cotidiana das pessoas.

## 3 — A persistência do uso como ato de fazer cidade

A X Bienal de Arquitetura de São Paulo foi norteadada pelo tema “Cidade: Modos de fazer, modos de usar”. Com isso, atentou para os processos controversos e imbricados de fazer e usar a cidade na vida cotidiana, sobretudo para o desejo múltiplo e difuso por cidades melhores que sejam verdadeiramente lugares para a ação. É o caso, por exemplo, das ações reunidas em *CCA Actions* — “Ações: O que você pode fazer com a cidade”, parte da exposição “Modos de agir” realizada no Centro Cultural São Paulo.<sup>1</sup>

1 X Bienal de Arquitetura de São Paulo, 12.10 – 01.12.2013, realização IABsp + correalizadores e parceiros. Mais



Observam-se estratégias de instituições culturais, como em diversas bienais, de ocupar a cidade, as ruas e as mídias sociais, articulando várias parcerias e colaborações. A X Bienal adotou essa articulação em rede, se espalhando pela cidade, na qual discurso, agenciamento e experiência foram convergentes, alcançando públicos diversos e uma heterogeneidade de usos, espaços, geografias, climas, sotaques, histórias, trajetórias, territórios e agentes da cidade.

Dentre outras exposições e atividades, a plataforma “Modos de colaborar” no Sesc Pompeia foi um evento com exposições, debates, oficinas e residências-intervenções que mostraram e discutiram ações singulares, cooperativas, anônimas, associativas — locais e internacionais — desenvolvidas por arquitetos, designers, artistas, escolas, moradores dos bairros, entre outros.

Em tempos de redes sociais (virtuais e concretas), são ações com escalas variadas, mais sutis e quase invisíveis, que apresentam temporalidades, objetivos, resultados e retornos diversos. Seus processos de elaboração ajudam a perceber o que existe de consenso e dissenso nos modos de fazer e usar a cidade pelos moradores e outros agentes, com potencial de multiplicação e transformação, e reverberações locais e até internacionais. Estar atento a essas ações é de suma importância para a compreensão e consequente proposição de políticas públicas e articulação com outras dinâmicas urbanas, especialmente no que tange à relação entre poder público e cidadãos.

Um exemplo apresentado foi o projeto *Amplifying Creative Communities* (Amplificando comunidades criativas), iniciada pelo DESIS Lab — Design for Social Innovation and Sustainability, na The New School for Design da Universidade Parsons, em Nova York, que busca ampliar iniciativas da comunidade no desenvolvimento de modos sustentáveis de viver e trabalhar.

“Amplifica Pompeia” resultou da colaboração entre o DESIS Lab e a EISE, a X Bienal e o Sesc Pompeia para “Modos de colaborar”. Os alunos da EISE (Escola de Inovação em Serviços) percorreram suas ruas para conhecer e registrar iniciativas colaborativas com impacto positivo

---

informações em <http://ligianobre.org/index.php/plataformas/modos-de-colaborar/> sobre “Modos de colaborar” no Sesc Pompeia. A exposição *CCA Actions* foi realizada em parceria com o Canadian Centre for Architecture, projeto em português <http://cca-actions.org/pt-br>.



na comunidade. Como apontam os coordenadores do trabalho, “ao divulgar iniciativas colaborativas, o projeto pretende estimular diferentes pessoas a seguirem exemplos positivos, multiplicando ações coletivas e ampliando o impulso rumo a centros urbanos mais desejáveis”.<sup>2</sup>

Existem várias iniciativas recentes de cartografias de ações singulares e coletivas positivas, na Pompeia e em outros bairros de São Paulo, assim como tentativas de aproximação entre essas ações e o poder público. Esses movimentos se abrem para interpelações sobre quais instrumentos e práticas, quais decisões e posturas, dão conta da criação coletiva de espaços urbanos comuns [*commons*] que gerem condições para que as pessoas se reúnam em público a fim de produzir e utilizar os recursos da cidade, fora de demandas do mercado e rompendo com mecanismos de apropriação privada de bens públicos de uso comum.

A X Bienal operou como uma “caixa de ressonâncias” de potências e desafios do momento presente, conferindo o papel ativo do uso das cidades e a emergência de práticas colaborativas no mundo contemporâneo, com legados que reverberam ainda hoje. Como ressalta David Harvey no ensaio “A liberdade da cidade”<sup>3</sup>, “a implicação é que nós, individual e coletivamente, fazemos nossa cidade por meio de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos”.

Usar e fazer são compreendidos aqui como pôr em prática — utilizar, praticar, realizar, criar, produzir. O entendimento de que “usar a cidade é fazer a cidade” implica a capacidade de responder dos diferentes agentes — diante dos enfrentamentos coletivos e existenciais, dos prazeres e convivências cotidianas — entre os colapsos e as continuidades.

### 3.1 — A persistência da vida comunitária como construção do comum

O conceito de *commoning* tem reemergido em debates, discursos e ações como maneira de responder aos desafios da crescente e predomi-

2 Lara Penin e Eduardo Staszowsky/DESIS Lab na apresentação da exposição “Modos de colaborar”/X Bienal. Ver também <http://www.amplifyingcreativecommunities.org> e <https://www.facebook.com/amplificapompeia>

3 Ensaio de David Harvey publicado no livro *Cidades rebeldes* [Boitempo, 2013].





nante privatização e do controle dos espaços urbanos nas cidades. Ao redor do mundo, redes de indivíduos e organizações estão construindo práticas do comum [*commons*], ativando o poder de cooperação social para ter as coisas feitas.

Em São Paulo, “espaços urbanos comuns” cotidianos têm surgido por ações de moradores, como nos exemplos de apropriação de terrenos baldios, jardins e praças que são transformados em hortas urbanas a partir da gestão e do uso coletivo.

Uma iniciativa recente é o movimento “A Batata precisa de você”, no Largo da Batata, em Pinheiros, Zona Oeste. É um exemplo de organização social que assume práticas de engajamento comunitário para sugerir novas formas de uso desse espaço que sofreu remodelação urbana de grande escala no contexto do bairro, não mais equipado para estar, mas unicamente pavimentado para a circulação no trajeto entre os pontos de ônibus e metrô, entre a malha viária e as torres de escritórios.

Na metrópole paulistana, usar, ocupar, ficar, usufruir ruas, largos, praças e parques como lugares públicos, abertos e coletivos, têm um significado muito relevante e desafiador, por se tratar de uma cidade onde esses valores se perderam no tempo, ou talvez nem tenham se constituído.

Recentemente, o movimento “A Batata precisa de você” tem promovido um exemplo de potencial mudança no modo de construir a cidade por meio de um laboratório de mobiliário urbano, arborização e atuação cultural, resgatando a diversidade de usos populares daquela região.

A estratégia temporal de persistir e permanecer para ocupar e transformar esse lugar procurou construir vínculos entre os moradores e frequentadores do bairro como, por exemplo, coletivos de artistas, arquitetos e designers, comerciantes, entre outros. Trata-se de uma estratégia para a realização de uma construção afetiva, política e física de um espaço urbano comum.

### **3.2 — A persistência da força na articulação micro-macro**

O bairro de Cidade Tiradentes (ilustr. 2-4), na Zona Leste de São Paulo, com aproximadamente 330 mil moradores, extensivos





conjuntos habitacionais e infraestrutura precária, expressa as formas segregadas de urbanização e produção do espaço urbano periférico na cidade. A convite da X Bienal de Arquitetura de São Paulo em 2013, os coletivos Núcleo de Arquitetura e Cultura Construtiva — NACCO (São Paulo) e Al Borde (Quito, Equador) participaram de uma residência-colaboração em parceria com o recente equipamento municipal Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (CFCCT, ilustr. 5-7).

A ideia foi entender quais eram as dificuldades fundamentais para se desenvolver uma ação com resultados a curto, médio e longo prazo. Nas conversas com os moradores, ficou claro que a demanda era por melhoria da infraestrutura urbana, e que o CFCCT se tornasse mais permeável ao entorno. Após quarenta dias, foi feito um mutirão com os arquitetos e a comunidade para a criação de um trajeto e de uma ponte, além de um evento com música e grafite comunicando o que estava acontecendo. Foram construídas conexões políticas e físicas entre o centro cultural e as comunidades lindeiras de Cachoeira das Garças, que ocupam uma das margens do córrego que atravessa o bairro.

Um dos legados dessa experiência foi a aproximação dos moradores com o CFCCT. Esses moradores passaram a usar e se apropriar desse equipamento público. Importante notar quão potente pode ser uma ação dessas, coordenada por agentes sensíveis e engajados com essas questões. A X Bienal, nesse aspecto, operou como aglutinadora de diversos vetores de forças e agentes, capaz de articular escalas micro-macro, propiciando a troca de repertórios e a viabilização com mais agilidade de melhorias urbanas urgentes.

Como evidenciado na observação do diretor do CFCCT: “Foi preciso chegar o pessoal e dizer que era arquiteto, trabalhando com a Bienal, para que a subprefeitura limpasse a rua entre o centro cultural e a comunidade. Hoje, ela foi reconhecida como rua de fato, e o pessoal colocou até uma placa: rua Nova da Cultura.” Resta saber como conseguiremos perseverar e persistir com essas ações, multiplicando-as para que elas não sejam eventos esporádicos nos modos de fazer e usar a cidade.





## 4 — Bibliografia

Lei Municipal 16.050/2014 que institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

HARVEY, David. “A liberdade da cidade”, tradução de Gavin Adams, in *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* / Ermínia Maricato... [et al.] – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo Editorial e Carta Maior, 2013.

